



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Finanças
para os devidos fins.

Em 6/04/25

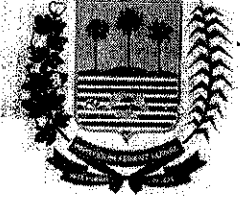
Marcia Lima
Concelção de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissão Técnicas
Secretaria Legislativa - CCJ

Ao Deputado HELIO

ISMAIS
para relatar

Em 11/04/25

Helio
Presidente da Comissão de Fiscalização
Controle, Finanças e Tributação



COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 41 DE 2025, QUE:

“Dispõem sobre a isenção de taxa de inscrição em concursos públicos para as pessoas com deficiência, no âmbito do Estado do Piauí”.

AUTOR: DEPUTADO FRANZÉ SILVA

RELATOR: DEPUTADO HÉLIO ISAIAS

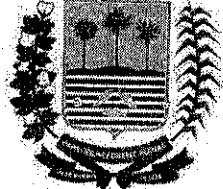
I – RELATÓRIO:

Trata-se de Projeto de Lei proposto pelo Exmo Sr. Deputado Estadual Franzé Silva que Dispõem sobre a isenção de taxa de inscrição em concursos públicos para as pessoas com deficiência, no âmbito do Estado do Piauí.

O nobre deputado justifica o projeto afirmando que “a isenção da taxa de inscrição é um importante instrumento para estimular a participação das pessoas com deficiência nos processos seletivos do Estado. Já que muitas vezes os custos destas taxas limitam a participação, impedindo que candidatos qualificados tenham chance de disputar vagas no funcionalismo público. Daí a presente medida pretende corrigir esta desigualdade e garantir que todos possam concorrer em condições justas e igualitária.

A proposta já passou pela Comissão de Constituição e Justiça, tendo recebido parecer favorável.

II - VOTO DO RELATOR:



Conforme disposição do regimento Interno dessa Casa Legislativa art. 123, inciso IV a esta comissão compete, verbis:

Art. 123. As Comissões Permanentes desta Assembleia e suas respectivas competências e atribuições são as seguintes:

...

IV - Comissão de Fiscalização e Controle, Finanças e Tributação:

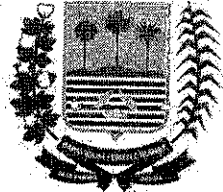
a) aspectos financeiro e orçamentário de quaisquer proposições, quanto à compatibilidade ou adequação ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual e suas alterações, bem como proposições referentes às operações de crédito e acordos externos, bem como suas respectivas alterações;

...

Conforme se pode verificar da alínea “a” do inciso IV do art. 123 do Regimento Interno dessa casa, compete a esta Comissão a análise quanto aos “aspectos financeiro e orçamentário de quaisquer proposições, quanto à compatibilidade ou adequação ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual e suas alterações, bem como proposições referentes às operações de crédito e acordos externos, bem como suas respectivas alterações”.

Destaque-se que o presente projeto não gera qualquer despesa direta para o Estado do Piauí, não havendo impacto para o orçamento vigente, nem a necessidade de existência de dotações específicas na Lei Orçamentária para 2025.

Diante do exposto, conclui-se que em que pese não haver dotação específica no Orçamento, sua aplicação não encontra óbice já que não traz qualquer despesa direta para o exercício financeiro de 2025.



Assim o projeto proposto se apresenta como medida viável e responsável do ponto de vista fiscal e financeiro..

Ressalte-se que o projeto de Lei em análise já encontra-se com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Dessa forma, **opino pelo prosseguimento da matéria com manifestação favorável a aprovação do projeto, por esta Comissão.**

É como voto.

II. PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Administração Pública e Política Social, após discussão e Deliberação resolve pela:

() aprovação

() reprovação

**SALA DA REUNIÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATICA
EM TERESINA, DE MAIO DE 2025.**


Dep. Hélio Isaías
Relator

APROVADO A UNANIMIDADE
EM <u>14/05/25</u>
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE: <u>Finanças</u>

